

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.088 - PE (2018/0235421-7)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**AGRAVADO : ISNAIRA SOUZA DOS ANJOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com apoio na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fl. 238):

EMENTA. ADMINISTRATIVO. MATRÍCULA POR PROCURAÇÃO. CÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. INDEFERIMENTO. DESCABIMENTO.

1. Trata-se de apelação interposta em face da sentença que julgou improcedente o pedido deduzido pela parte autora, consistente na anulação do ato administrativo que indeferiu a sua matrícula no curso de Medicina Veterinária, tendo em vista a não apresentação de seis documentos, devidamente autenticados, no dia aprazado para sua matrícula, realizada através de procurador habilitado.
2. A apelante era residente do Estado de São Paulo, e diante da impossibilidade de estar presente na cidade de Petrolina/PE na data aprazada para a sua matrícula, outorgou instrumento procuratório a uma pessoa da família, tendo providenciado as cópias dos documentos necessários à sua efetivação.
3. Tais documentos não foram recebidos pela Universidade ao argumento de que estavam em desconformidade com a exigência editalícia, contida no item 8.15, do Edital nº 01/2016, do PROEN, que dispõe, expressamente, acerca da necessidade de sua autenticação.
4. A referida determinação é sobremaneira formal e rigorosa tomada em total desconformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, que regem a atuação da Administração Pública, nos termos do art. 37, da Constituição Federal.
5. Condenação da apelada ao pagamento da verba honorária, arbitrada nos termos do art. § 8º, do art. 85, do NCPC, em R\$ 500,00.
6. Apelação provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No especial obstaculizado, o ora agravante apontou violação do art. 41 da Lei n. 8.666/1993 e dos arts. 3º, I, e 53 da Lei n. 9.394/1996.

Alegou, em síntese, que (e-STJ fl. 322) "a partir do momento em que o edital foi publicado com uma determinada exigência (de apresentação de cópia autenticada dos documentos ou de seus originais), não se pode permitir que haja flexibilização dos requisitos nas fases posteriores do certame, para permitir a investidura de candidatos que não possuem aquela habilitação".

Após contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que a matéria não foi prequestionada (Súmula 211 do STJ).

Na presente irresignação, a agravante infirma a decisão agravada e, no mais, reitera os argumentos articulados no recurso especial.

Sem contraminuta.

Passo a decidir.

Inicialmente, verifica-se que os arts. 3º, I, e 53 da Lei n. 9.394/1996, que tratam da organização e diretrizes do sistema educacional não contém comando para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, que versou sobre a mitigação de exigência formal, à luz da razoabilidade e proporcionalidade. Aplicável, no ponto, a Súmula 284 do STF, por deficiência na fundamentação.

Nessa linha de raciocínio:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITAÇÃO. EXECUÇÃO E EMBARGOS. COMPENSAÇÃO. NÃO VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. VALOR DOS HONORÁRIOS RAZOÁVEIS. ART. 20, § 4º DO CPC. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ARTIGOS 2º, 22, §2º, 23 e 24 DA LEI 8.906/1994. SÚMULA 284 DO STF.

1. Da análise do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal de origem manifestou-se de maneira clara e fundamentada sobre as questões postas a julgamento, dentro dos limites que lhe são impostos por lei, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente.

2. O Tribunal a quo analisou os elementos fáticos para concluir pela limitação dos honorários advocatícios da execução por exequente em patamar razoável, situação que impede a revisão nesta Corte, pois somente valores que fogem da razoabilidade são viáveis a flexibilizar o óbice da Súmula n. 7/STJ.

3. Em relação à suposta violação aos artigos 2º, 22, §2º, 23 e 24 da Lei 8.906/1994, verifica-se a carência de fundamentação. Além disso, os artigos apontados como malferidos não contém comando normativo capaz de infirmar o fundamento do acórdão atacado, porquanto não induzem ao direito pleiteado, o que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula 284 do STF:

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 622.518/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 12/05/2015).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. INTERPRETAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SRF N. 600/2005. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA. ÓBICE NAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF.

1. O artigo 74, § 14, da Lei n. 9.430/96, apontado como violado pela Fazenda Nacional, bem como a tese a ele referente, superficialmente defendida, não são capazes de desconstituir e refutar os termos do aresto, que, na realidade, interpretou a Instrução Normativa da Secretaria de Receita Federal quanto ao excessos nos requisitos para habilitação de crédito tributário.

2. A fundamentação do acórdão não foi atacada pela parte recorrente, que, como é apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na

espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.405.522/ES, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 19/05/2014).

Quanto à dita violação do art. 41 da Lei n. 8.666/1993, esta Corte entende que o referido dispositivo estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, não se aplicando à hipótese dos autos, atraindo, igualmente, o óbice da Súmula 284 do STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. LEI 8.666/1993. LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA. SÚMULA 284/STF.

1. No tocante à suposta violação aos artigos 3º e 41 da Lei 8.666/1993, verifica-se que o dispositivo alude a licitações e contratos, de forma que não guarda pertinência com o caso em tela, que trata de concurso público, atraindo o óbice da Súmula 284/STF, segundo a qual é inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Precedentes do STJ: AgRg no REsp 1.5274.17/CE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, segunda turma, DJe 21/6/2016; AgRg no REsp 1.529.923/AC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/8/2015; AgInt no AgInt no AgInt no AREsp 850.934/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 8/11/2016.

2. O Superior Tribunal de Justiça entende pela inaplicabilidade do art. 41 da Lei 8.666/1991 a concursos públicos. [...] (REsp 1.661.783/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 16/06/2017).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. JULGAMENTO EXTRA PETITA (SÚMULA 282/STF). LITISPENDÊNCIA (SÚMULAS 283/STF E 7/STJ). LEI 8.666/93. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA (SÚMULA 284/STF). ARESTO COM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC (SÚMULA 284/STF) [...]

4. No mérito, é entendimento pacífico desta Corte de que "a Lei 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não guarda pertinência com as questões envolvendo concursos para preenchimento de cargos públicos efetivos". (AgRg no REsp 1.292.947/MG, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/02/2016, DJe 24/02/2016). [...] (AgRg no AREsp 327.109/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016).

Não bastasse, o Tribunal *a quo* decidiu a questão mediante fundamentação constitucional (Princípios da razoabilidade e proporcionalidade da Administração Pública – art. 37 da CF/1988, e-STJ fl. 237) e infraconstitucional, suficientes e autônomas à preservação do *decisum*.

Todavia, o recorrente não manejou o correspondente recurso extraordinário, tornando preclusa a matéria e inócuo o recurso especial manejado, sendo esse manifestamente inadmissível, nos termos da Súmula 126 do STJ, que também impede o conhecimento do recurso pela divergência suscitada.

Acerca da hipótese, confirmam-se: AgRg no REsp 1.524.755/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 11/12/2015; AgRg no AREsp 662.284/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 18/12/2015; AgRg no AREsp 287.659/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 15/08/2014).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC/2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Diante do exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator